



EXAME FINAL NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

Prova Escrita de História A

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Prova 623/Época Especial

15 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2015

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Deve riscar aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Página em branco

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvam a produção de um texto, a classificação tem em conta a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

GRUPO I

PORTUGAL NOS SÉCULOS XV E XVI: DO CONTRIBUTO PARA A SÍNTESE RENASCENTISTA AO IMPACTO DA REFORMA CATÓLICA

Documento 1

Garcia de Orta¹ e o estudo da botânica e da farmacopeia orientais (1563)

RUANO – Tantos trabalhos os portugueses levam para ter acesso a toda a pimenta [...] que não é fora de razão que me digais onde há a maior quantidade dela, como se chama nas terras donde nasce e em arábio, como se colhe e como é a feição da árvore e se é cá usada para medicina.

ORTA – A maior quantidade desta pimenta há em todo o Malabar e ao longo desta costa [da Índia] [...].

RUANO – Dizei-me como é a árvore, como cresce e como se cria toda a pimenta numa árvore; pois nisto concordam todos os Gregos, Latinos e Arábios e os novos escritores de hoje em dia.

ORTA – Todos a uma voz se concertaram em não dizer verdade, mas Dioscórides é digno de perdão, porque escreveu por falsa informação oriunda de terras distantes, e o mar não sendo tão navegado como agora é. E esse foi imitado por Plínio, Galeno, Isidoro, Avicena e todos os Arábios. Os que agora escrevem [...] têm maior culpa, pois não fazem mais que dizer todos de uma maneira, sem fazer diligência [...].

RUANO – Ora pois, se isso é assim, dizei o que vistes e ouvistes [...].

ORTA – A pimenta, isto é, a árvore é plantada ao pé de outra árvore e na maior parte das vezes ao pé de alguma arequeira ou palmeira. Tem a raiz pequena e cresce tanto quanto a árvore a que está encostada, abraçando-se com ela. A folha não é muita, nem muito grande, e é mais pequena que a de laranjeira e verde e aguda na ponta [...]. Nasce como as uvas em cachos e não difere mais que serem os cachos da pimenta mais miúdos nos grãos e não serem tão grandes. E estão sempre verdes até ao tempo em que a pimenta seque e esteja em sua perfeição e força, que é até meados de janeiro [...].

RUANO – Parece-me que destruíis todos os escritores antigos e modernos, por isso olhai o que fazeis.

¹ Garcia de Orta (c. 1500-1568), médico e botânico, celebrizou-se pelos seus trabalhos na Índia. Filho de cristãos-novos, foi processado e condenado pela Inquisição, já depois de morto.

Documento 2

Número de processos da Inquisição entre 1536 e 1605

ANOS	Lisboa		Coimbra		Évora		Goa		Total de processos
	Processos	Média anual	Processos	Média anual ²	Processos	Média anual	Processos	Média anual ³	
1536-1605	3376	48	2248	56	2739	39	1831	41	10 194

² A partir de 1565.

³ A partir de 1560.

1. Os processos de observação e descrição da natureza (documento 1), característicos do contributo português para o alargamento do conhecimento, foram proporcionados
 - (A) pelo estudo dos textos de autores clássicos.
 - (B) pelo estudo dos textos medievais nas universidades.
 - (C) pelas viagens marítimas dos descobrimentos.
 - (D) pelas viagens de missões diplomáticas em cortes europeias.

2. Ao corrigir ou destruir «todos os escritores antigos e modernos» (documento 1, último parágrafo), Garcia de Orta e outros portugueses do seu tempo contribuíram para reforçar o espírito de curiosidade e a construção de um novo saber empírico, denominado
 - (A) geocentrismo.
 - (B) experiencialismo.
 - (C) classicismo.
 - (D) antropocentrismo.

3. A Inquisição (documento 2), da qual foram vítimas Garcia de Orta e a sua obra (documento 1), era
 - (A) uma relação dos livros cuja leitura era proibida aos católicos.
 - (B) uma compilação dos principais decretos do Concílio de Trento.
 - (C) um tribunal religioso para julgar e condenar judeus e hereges.
 - (D) uma congregação religiosa para expandir o cristianismo no Oriente.

4. O triunfo da Contrarreforma ou Reforma Católica em Portugal (documento 2), a partir do 2.º quartel do século XVI, bloqueou
 - (A) o processo de construção e de reforço da centralização do poder régio.
 - (B) a reafirmação do dogma religioso, do culto tradicional e da disciplina na Igreja.
 - (C) a afirmação do papel dos jesuítas na missionação e no controlo do ensino.
 - (D) a edição e a divulgação das obras dos humanistas portugueses e estrangeiros.

Identificação das fontes

Doc. 1 – Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, pp. 241-244, in www.bdalentejo.net (consultado em 26/01/2015) (adaptado)

Doc. 2 – In Francisco Bethencourt, *História das Inquisições – Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 275 (adaptado)

GRUPO II

SOCIEDADE, PODER POLÍTICO E DINÂMICAS ECONÓMICAS NA EUROPA DOS SÉCULOS XVII E XVIII

A afirmação do Estado absoluto, segundo Richelieu*

- Quando Vossa Majestade se resolveu a conceder-me a entrada nos seus Conselhos e a sua confiança, posso dizer com verdade que [...] os grandes se comportavam como se não fossem vossos súbditos e os mais poderosos governadores das províncias como se fossem soberanos nos seus cargos. [...] A dignidade da majestade real era rebaixada [...].
- 5 Não obstante todas estas dificuldades que apresentei a Vossa Majestade, [...] eu ousei prometer-vos [...] que encontraríeis remédio para a desordem do vosso Estado e que em pouco tempo a vossa prudência, a vossa força e a bênção de Deus dariam uma nova face a este reino. Prometi-vos empregar todo o meu saber e toda a autoridade que vos aprazia dar-me para [...] reduzir todos os súbditos ao seu dever e alçar o vosso nome, entre as nações
- 10 estrangeiras, ao lugar onde ele deve estar. [...]
- Para fazer isso, é preciso considerar as diversas ordens do vosso reino [...]. Assim como um todo só subsiste pela união das suas partes na sua ordem e no seu lugar natural, também este grande reino não pode florescer se Vossa Majestade não fizer subsistir os corpos que o compõem na respetiva ordem: a Igreja mantendo o primeiro lugar; a nobreza, o segundo; e
- 15 os oficiais que caminham à cabeça do povo, o terceiro. É tão importante quanto justo impedir as ações de certos oficiais que, inchados de orgulho, seja por causa dos grandes bens que possuem, seja pela autoridade que lhes dá a utilização dos seus cargos, são presunçosos ao ponto de quererem ter o primeiro lugar, quando não podem tomar senão o terceiro. [...] Que cada um seja obrigado a estar no lugar que pelo seu nascimento deve ter. [...]
- 20 O reino de Deus é o princípio do governo dos Estados e, sem esse fundamento, não há príncipe que possa reinar bem, nem Estado que possa ser feliz. [...]
- Os interesses públicos devem ser o único fim do príncipe e dos seus conselheiros. [...] Não se pode imaginar o mal que acontece a um Estado quando se prefere os interesses particulares aos públicos e estes são regulados por aqueles. [...]
- 25 O príncipe deve ser poderoso pela sua reputação, por um número razoável de homens de guerra continuamente mantidos, por uma notável soma de dinheiro nos seus cofres, para acudir às ocasiões imprevistas e, finalmente, pela posse do coração dos seus súbditos [...].
- Assim como os Estados aumentam a sua extensão pela guerra, na paz enriquecem habitualmente pelo comércio. [...] Só a França negligenciou até ao presente o comércio,
- 30 apesar de o poder realizar tão comodamente quanto os seus vizinhos [...]. Desde que saibamos aproveitar a vantagem que a natureza nos proporcionou, obteremos o dinheiro dos que quiserem ter as nossas mercadorias, e nós não nos empenharemos muito com os seus géneros, que nos são pouco úteis. [...] A França é industriosa o bastante para dispensar, se quiser, as melhores manufaturas dos seus vizinhos.

* Armand du Plessis, cardeal-duque de Richelieu (1585-1642), integrou o Conselho de Estado desde 1624, no reinado de Luís XIII.

1. Ao criticar os «oficiais que caminham à cabeça do povo [...] inchados de orgulho [...] por causa dos grandes bens que possuem» (linhas 15 a 17), Richelieu refere-se
 - (A) à nobreza de corte.
 - (B) à burguesia.
 - (C) à nobreza de espada.
 - (D) ao clero.

2. Explique três das características da sociedade de Antigo Regime evidenciadas no documento.

3. Transcreva duas das afirmações do documento que fundamentam o exercício do poder absoluto do rei.

4. Indique o nome da doutrina que defendia um forte intervencionismo do Estado na economia, refletida na afirmação «obteremos o dinheiro dos que quiserem ter as nossas mercadorias» (linhas 31-32).

GRUPO III

A EUROPA DO FINAL DO SÉCULO XIX AO FINAL DA DÉCADA DE 1920: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÓMICAS, POLÍTICAS E CULTURAIS

Documento 1

Consequências da Primeira Guerra Mundial, segundo John M. Keynes (1919)

As características relevantes da situação [primeiro pós-guerra] evidenciam, em primeiro lugar, o colapso absoluto da produtividade interna da Europa [...].

Há várias causas que lhe estão na origem: violentas e prolongadas desordens internas, como acontece na Rússia [...]; criação de novos governos carentes de experiência em matéria de reajustamento das relações económicas [...]; perda de trabalhadores eficientes em todo o continente [...]; declínio da eficiência resultante da subalimentação reinante nos impérios centrais [...]. Mas, acima de tudo (para citar o presidente dos EUA, Hoover), «observa-se um grande relaxamento do esforço, em resultado da exaustão física de vastas camadas da população devido às privações e à tensão mental e física da guerra».

Documento 2

***Rua de Praga* – óleo sobre tela com colagens, de Otto Dix (1920)**



Tradução: Fora os judeus! (*Juden raus!*)

1. As crises do capitalismo do século XIX e a Primeira Guerra Mundial evidenciaram as fragilidades do liberalismo económico, doutrina caracterizada pela
- (A) defesa do comércio sem entraves para o progresso das nações.
 - (B) ausência de concorrência entre as grandes multinacionais.
 - (C) defesa dos monopólios comerciais de grandes companhias do Estado.
 - (D) ausência de iniciativa privada em favor do intervencionismo estatal.
2. Enuncie três das características da pintura modernista presentes no documento 2.
3. Refira três das dificuldades, refletidas nos documentos 1 e 2, que marcaram a situação social da Europa após a Primeira Guerra Mundial.
4. Associe cada um dos processos históricos, presentes na coluna **A**, às «desordens internas [...] na Rússia»/ URSS (documento 1), que constam da Coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas as letras e os números correspondentes. Utilize cada letra e cada número apenas uma vez.

COLUNA A	COLUNA B
<p>(a) Revolução de Outubro</p> <p>(b) Comunismo de Guerra</p> <p>(c) Nova Política Económica (NEP)</p>	<p>(1) Abolição das desigualdades sociais e do Estado como etapa final da revolução proletária.</p> <p>(2) Regresso parcial ao capitalismo, com a substituição da requisição de alimentos por um imposto em géneros e a privatização de pequenas empresas.</p> <p>(3) Derrube, pelos bolcheviques, do Governo Provisório que manteve a Rússia na Primeira Guerra Mundial.</p> <p>(4) Derrube, pelos bolcheviques, do regime czarista, responsabilizado pela guerra que opôs os Exércitos Branco e Vermelho.</p> <p>(5) Requisição forçada de alimentos, proibição do comércio livre e nacionalização dos meios de produção.</p>

Identificação das fontes

Doc. 1 – John M. Keynes, «A Europa depois do Tratado» (1919), in *A Grande Crise e Outros Textos*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2009, pp. 50-51 (adaptado)

Doc. 2 – In Norbert Wolf e Uta Grosenick, *Expressionismo*, Colónia, Taschen/Público, 2005, p. 39

Página em branco

GRUPO IV

DA DESAGREGAÇÃO DO ESTADO NOVO AO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Documento 1

Desafios e opções políticas entre 1968 e 1974, segundo Marcelo Caetano

No meu discurso de posse [1968] preveni que na vida a continuação não pode deixar de ser adaptação, renovação, evolução. Era forçoso, após tão longo período de governo dominado pelo génio de um homem, o País adaptar-se a ser governado por «homens como os outros», e proceder-se a uma vasta revisão que abrangesse objetivos e métodos, para [...] lançar novas ideias e ensaiar outros processos.

Daí a fórmula *renovação na continuidade*, que foi o lema do meu governo. Alguns dos meus amigos da chamada «ala liberal» preferiam dizer *evolução na continuidade* com a intenção de que o sistema político fosse mudando em sentido mais democrático. De qualquer modo aceitava-se a ideia de que o novo governo vinha na continuação de certo regime, tomando esta palavra no sentido de uma ordem constitucional, e que era dentro desse regime e com os meios jurídicos por ele proporcionados que se havia de operar qualquer transformação. [...]

Não deixei [...] de informar, procurando dar maior consciência política aos meus concidadãos e obter [...] a sua adesão e apoio. [...] Mesmo sem estarem inscritas na organização política de apoio ao governo, as pessoas, em grande número, acompanhavam a sua orientação. [...]

Assim chegámos, na primavera de 1969, à intensificação dos trabalhos preparatórios das eleições. Interessava-me que as oposições concorressem às urnas e que a disputa fosse franca e leal. [...] O sufrágio decorreu no país inteiro com grande afluência às urnas e na maior correção. [...]

Eu tinha, após as eleições de 69, procurado reorganizar as forças políticas do regime. [...]

Liberalização? [...] Eu não podia esquecer [...] que Portugal tinha no seu território três frentes internas de subversão a combater [...]. A liberalização tinha de ser cautelosa [...] para prosseguir na luta de defesa do Ultramar.

Documento 2

Desafios e opções políticas entre 1968 e 1974, segundo Mário Soares

Nunca tive grandes ilusões sobre a «primavera caetanista». No fim de 68, houve de facto um clima de alguma abertura política, criado pelo discurso de posse. Mas verifiquei, ao chegar, que, no essencial, Caetano não tocara em nada: as estruturas do regime e o seu aparelho repressivo mantinham-se intactos, com ligeiras alterações formais. [...] A falta de coragem política de Marcelo Caetano [...] e a sua incapacidade de resistir aos chamados «ultras» do salazarismo [...] foram responsáveis por mais cinco anos de guerra e de sofrimentos inúteis.

[O presidente da União Nacional], Melo e Castro, [...] explicou-me que ia haver uma «abertura», falou-me na «liberalização», tentou seduzir-me para ela [...]. Ele queria que eu integrasse a «ala liberal». A sua ideia era que pudesse candidatar-me a deputado, o que, sem eleições livres, eu jamais aceitaria. [...]

A verdade é que Marcelo Caetano nunca deixou de se considerar o herdeiro de Salazar e sempre se identificou com um regime que servira e ajudara a criar. Queria, porventura, adoçar certas arestas. Nisso consistia o âmbito da liberalização prometida e não em fazer, efetivamente, uma transição a sério para a democracia. [...] As circunstâncias em que o país se encontrava – internacionalmente isolado, criticado pelos próprios aliados tradicionais, com uma economia exausta pelas necessidades da guerra, com umas Forças Armadas que ele sabia começarem a estar reticentes, e com a própria Igreja, no plano social e colonial, a dar inequívocos sinais de preocupação – obrigavam-no a cedências que ele considerou uma evolução. Mas nunca deixou de afirmar a continuidade salazarista. Incapaz de ruturas [...], o consulado caetanista deixou arrastar os velhos problemas e criou ainda novos. Representou uma perda de tempo e uma oportunidade totalmente perdida.

A aliança Povo-Movimento das Forças Armadas
– caricatura em *Os Ridículos* (11 de maio de 1974)



Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE
(12 de junho de 1985)

Diário de Lisboa

ANO 65 N.º 21 781 Quarta-feira, 12 de Junho de 1985 Preço 40\$00

Soares nos Jerónimos:

“Tenho agora a oportunidade histórica de subscrever o tratado de adesão”



«Honro-me de ter sido quem assinou, em nome do Governo da República, o pedido de adesão de Portugal à CEE, em Março de 1977 — disse esta manhã Mário Soares nos Jerónimos. — Oito anos depois, encerrado o processo das negociações, que foi longo e difícil, mas que finalmente, como todos reconhecerem, foi coroado de êxito, tenho agora a oportunidade histórica de subscrever o tratado de adesão. Conseguimos!»

Soares falava a seguir à assinatura do tratado, culminando uma cerimónia onde a pompa e circunstância sublinharam, enfaticamente, a presença em Lisboa de altos representantes dos países membros.

1. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos relativos à evolução política de Portugal da década de 1960 à de 1980. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.

- (A) Nascimento do Movimento dos Capitães
- (B) Início da guerra colonial
- (C) Extinção do Conselho da Revolução
- (D) Dissolução da Ação Nacional Popular, ex-União Nacional
- (E) Substituição de Salazar na chefia do governo

2. Os membros da «chamada “ala liberal”», a que Marcelo Caetano se refere (documento 1, 2.º parágrafo), foram

- (A) ativistas católicos empenhados na continuação da guerra colonial no Ultramar.
- (B) deputados independentes que integraram as listas da União Nacional (UN).
- (C) candidatos das listas de oposição pela Comissão Democrática Eleitoral (CDE).
- (D) elementos da hierarquia militar favoráveis à manutenção da guerra colonial.

3. Compare as duas perspetivas acerca da «primavera marcelista», expressas nos documentos 1 e 2, quanto a três dos aspetos em que se opõem.

4. Desenvolva, a partir dos documentos de 1 a 4, o seguinte tema:

Da «primavera marcelista» à afirmação do Portugal democrático.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos:

- período marcelista: sinais de abertura;
- papel das Forças Armadas: do apoio ao regime até ao seu derrube;
- fim do isolamento internacional do país, após o 25 de Abril.

Identificação das fontes

Doc. 1 – Marcello Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro / S. Paulo, Distribuidora Record, 1974, pp. 47-70 (adaptado)

Doc. 2 – Maria João Avillez, Soares, *Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 209-218 (adaptado)

Doc. 3 – *Os Ridículos*, n.º 185, in www1.ci.uc.pt (consultado em 22/01/2015)

Doc. 4 – *Diário de Lisboa*, 12 de junho de 1985, in www.fmsoares.pt (consultado em 26/01/2015) (adaptado)

FIM

Página em branco

COTAÇÕES

GRUPO I

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
	<hr/>
	20 pontos

GRUPO II

1.	5 pontos
2.	25 pontos
3.	10 pontos
4.	5 pontos
	<hr/>
	45 pontos

GRUPO III

1.	5 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
4.	5 pontos
	<hr/>
	50 pontos

GRUPO IV

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	25 pontos
4.	50 pontos
	<hr/>
	85 pontos

TOTAL **200 pontos**